

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	9
DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	16

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	47
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	48
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	49

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	880.653.030
Preferenciais	0
Total	880.653.030
Em Tesouraria	
Ordinárias	1
Preferenciais	0
Total	1

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	27/04/2018	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,12707
Assembléia Geral Ordinária	27/04/2018	Dividendo	27/04/2018	Ordinária		0,05655
Assembléia Geral Ordinária	27/04/2018	Dividendo		Ordinária		0,02635

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	8.529.030	8.671.518
1.01	Ativo Circulante	2.700.442	2.815.468
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	425.599	713.796
1.01.03	Contas a Receber	1.495.069	1.417.300
1.01.03.01	Clientes	1.495.069	1.417.300
1.01.04	Estoques	7.695	8.191
1.01.06	Tributos a Recuperar	89.378	81.639
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	89.378	81.639
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	3.263	3.303
1.01.06.01.02	Outros Tributos a Compensar	86.115	78.336
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	682.701	594.542
1.01.08.03	Outros	682.701	594.542
1.01.08.03.01	Outros Créditos	242.979	229.832
1.01.08.03.02	Derivativos	92.730	205.685
1.01.08.03.06	Ativo financeiro setorial	346.992	159.025
1.02	Ativo Não Circulante	5.828.588	5.856.050
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.642.071	3.684.449
1.02.01.03	Contas a Receber	54.000	59.886
1.02.01.03.01	Clientes	54.000	59.886
1.02.01.06	Tributos Diferidos	253.859	222.233
1.02.01.06.02	Créditos Fiscais Diferidos	253.859	222.233
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.334.212	3.402.330
1.02.01.09.03	Derivativos	22.702	63.119
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	457.744	452.074
1.02.01.09.05	Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	59.166	58.387
1.02.01.09.06	Outros Tributos a Compensar	59.268	60.894
1.02.01.09.07	Ativo Financeiro da Concessão	2.706.522	2.626.291
1.02.01.09.10	Outros créditos	28.810	27.042
1.02.01.09.11	Ativo financeiro setorial	0	114.523
1.02.04	Intangível	2.186.517	2.171.601
1.02.04.01	Intangíveis	2.186.517	2.171.601
1.02.04.01.02	Intangíveis	2.186.517	2.171.601

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	8.529.030	8.671.518
2.01	Passivo Circulante	2.711.250	4.020.768
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	42.323	38.378
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	42.323	38.378
2.01.01.02.01	Obrigações estimadas com pessoal	42.323	38.378
2.01.02	Fornecedores	1.018.534	1.463.281
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.018.534	1.463.281
2.01.03	Obrigações Fiscais	275.039	254.856
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	101.698	74.815
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	20.437	1.657
2.01.03.01.02	Programa de Integração Social - PIS	12.649	11.470
2.01.03.01.03	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	58.260	52.831
2.01.03.01.04	Outras obrigações Federais	10.352	8.857
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	172.101	178.747
2.01.03.02.01	Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	172.101	178.747
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.240	1.294
2.01.03.03.01	Outras obrigações Municipais	1.240	1.294
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	948.320	1.500.062
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	795.878	1.351.141
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	123.299	126.337
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	672.579	1.224.804
2.01.04.02	Debêntures	152.442	148.921
2.01.04.02.01	Debêntures	152.442	148.921
2.01.05	Outras Obrigações	427.034	764.191
2.01.05.02	Outros	427.034	764.191
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	49.798	49.798
2.01.05.02.04	Entidade de Previdência Privada	49.219	45.606
2.01.05.02.06	Mutuo com Coligadas, Controladas e Controladora	0	180.772
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	261.169	215.216
2.01.05.02.08	Taxas regulamentares	57.982	267.563
2.01.05.02.11	Derivativos	8.866	5.236
2.02	Passivo Não Circulante	4.330.262	3.280.347
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.974.277	1.924.880
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	645.096	855.938
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	250.435	280.266
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	394.661	575.672
2.02.01.02	Debêntures	2.329.181	1.068.942
2.02.01.02.01	Debêntures	2.329.181	1.068.942
2.02.02	Outras Obrigações	1.118.322	1.118.786
2.02.02.02	Outros	1.118.322	1.118.786
2.02.02.02.03	Entidade de Previdência Privada	653.569	658.829
2.02.02.02.05	Derivativos	8.056	19.888
2.02.02.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	350.000	350.000
2.02.02.02.08	Outras Contas a Pagar	83.761	90.069
2.02.02.02.09	Passivo Financeiro Setorial	22.936	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.02.04	Provisões	237.663	236.681
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	237.663	236.681
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	109.320	99.852
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	66.890	64.022
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	59.749	65.300
2.02.04.01.05	Outros	1.704	7.507
2.03	Patrimônio Líquido	1.487.518	1.370.403
2.03.01	Capital Social Realizado	923.423	923.423
2.03.02	Reservas de Capital	179.192	179.192
2.03.04	Reservas de Lucros	698.390	681.236
2.03.04.01	Reserva Legal	48.959	48.959
2.03.04.02	Reserva Estatutária	421.451	404.298
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	118.321	118.321
2.03.04.10	Reserva de retenção de lucros para Investimento	109.659	109.658
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	105.439	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-418.926	-413.448

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.202.574	1.892.227
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.813.945	-1.572.939
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-1.486.568	-1.240.578
3.02.02	Custo de Operação	-187.815	-181.953
3.02.03	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-139.562	-150.408
3.03	Resultado Bruto	388.629	319.288
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-134.324	-158.123
3.04.01	Despesas com Vendas	-62.706	-72.934
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-65.438	-82.592
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-6.180	-2.597
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	254.305	161.165
3.06	Resultado Financeiro	-32.534	-72.602
3.06.01	Receitas Financeiras	66.820	90.853
3.06.02	Despesas Financeiras	-99.354	-163.455
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	221.771	88.563
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-80.725	-36.295
3.08.01	Corrente	-100.024	-47.810
3.08.02	Diferido	19.299	11.515
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	141.046	52.268
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	141.046	52.268
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,00016	0,05835
3.99.02.02	PNA	0,00000	0,06418
3.99.02.03	PNB	0,00000	0,06418
3.99.02.04	PNC	0,00000	0,06418

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	141.046	52.268
4.03	Resultado Abrangente do Período	141.046	52.268

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-582.368	-219.226
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	367.741	336.526
6.01.01.01	Lucro Líquido antes da CSLL e IRPJ	221.771	88.563
6.01.01.02	Amortização	60.057	56.356
6.01.01.03	Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	2.712	20.374
6.01.01.04	Encarg Dívidas e Atualizações Monetárias e Cambiais	50.168	127.070
6.01.01.05	Perda com Plano de Pensão	15.583	21.125
6.01.01.06	Perdas na Baixa de Ativo Não Circulante	6.196	2.627
6.01.01.08	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11.254	20.411
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-950.109	-555.752
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-110.508	-224.391
6.01.02.03	Tributos a Compensar	-6.892	-9.395
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	-227	-207.315
6.01.02.05	Contas a Receber CDE	3.405	-13.792
6.01.02.06	Ativo Financeiro Setorial	-46.225	20.486
6.01.02.10	Outros Ativos Operacionais	-64.248	-50.031
6.01.02.11	Fornecedores	-444.747	-315.976
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-81.230	-38.806
6.01.02.13	Outros Tributos e Contribuição e Sociais	1.251	25.075
6.01.02.14	Outras obrigações com entidade de previdência privada	-17.231	-16.975
6.01.02.15	Encargos de Dívidas e Debêntures Pagos	-52.428	-118.619
6.01.02.16	Taxas Regulamentares	-209.582	-20.119
6.01.02.17	Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	-13.070	-24.755
6.01.02.18	Passivo financeiro setorial	1.383	371.723
6.01.02.19	Contas a pagar - CDE	0	-2.430
6.01.02.20	Outros Passivos Operacionais	90.240	69.568
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-134.526	-136.406
6.02.01	Títulos e Valores Mobiliários, Cauções e Depósitos Vinculados	763	626
6.02.03	Adições de Intangível	-135.289	-137.032
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	428.697	-503.720
6.03.01	Captação de Empréstimos e Debêntures	1.379.021	0
6.03.02	Amortização de Principal de Empréstimos e Debêntures	-919.465	-440.736
6.03.03	Liquidação de operações com derivativos	150.446	-62.984
6.03.06	Operações de mútuo com controlada	-181.305	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-288.197	-859.352
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	713.796	2.225.091
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	425.599	1.365.739

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	923.423	179.192	681.236	0	-413.448	1.370.403
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	923.423	179.192	681.236	0	-413.448	1.370.403
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	122.592	-5.478	117.114
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	141.046	0	141.046
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-18.454	-5.478	-23.932
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-5.478	-5.478
5.05.02.06	Efeito da aplicação inicial do CPC 48	0	0	0	-18.454	0	-18.454
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	17.153	-17.153	0	0
5.07	Saldos Finais	923.423	179.192	698.389	105.439	-418.926	1.487.517

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	905.948	196.667	469.694	0	-508.909	1.063.400
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	905.948	196.667	469.694	0	-508.909	1.063.400
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	52.268	0	52.268
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	52.268	0	52.268
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	13.627	-13.627	0	0
5.06.04	Movimentação da reserva estatutária no período	0	0	13.627	-13.627	0	0
5.07	Saldos Finais	905.948	196.667	483.321	38.641	-508.909	1.115.668

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
7.01	Receitas	3.493.009	3.185.957
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.365.290	3.056.425
7.01.02	Outras Receitas	138.971	149.943
7.01.02.01	Receita Relativa a construção da infraestrutura de concessão	138.971	149.943
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-11.252	-20.411
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.933.801	-1.684.522
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.651.870	-1.387.985
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-241.134	-237.588
7.02.04	Outros	-40.797	-58.949
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.559.208	1.501.435
7.04	Retenções	-60.218	-56.356
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-60.218	-56.356
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.498.990	1.445.079
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	71.052	95.728
7.06.02	Receitas Financeiras	71.052	95.728
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.570.042	1.540.807
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.570.042	1.540.807
7.08.01	Pessoal	109.211	113.441
7.08.01.01	Remuneração Direta	54.863	56.613
7.08.01.02	Benefícios	49.710	52.015
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.638	4.813
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.218.604	1.210.941
7.08.02.01	Federais	679.808	616.759
7.08.02.02	Estaduais	537.325	592.872
7.08.02.03	Municipais	1.471	1.310
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	101.181	164.157
7.08.03.01	Juros	100.557	163.531
7.08.03.02	Aluguéis	624	626
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	141.046	52.268
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	141.046	52.268

Comentário do Desempenho

Análise de Resultados – CPFL Paulista

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

	1° Trimestre		
	2018	2017	Variação
Receita operacional	3.504.262	3.206.368	9,3%
Fornecimento de energia elétrica (*)	2.678.039	2.869.099	-6,7%
Suprimento de energia elétrica	16.573	102.703	-83,9%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	138.971	149.943	-7,3%
Outras receitas operacionais	461.641	476.661	-3,2%
Ativo e passivo financeiro setorial	209.038	(392.038)	-153,3%
Deduções da receita operacional	(1.301.688)	(1.314.141)	-0,9%
Receita operacional líquida	2.202.574	1.892.227	16,4%
Custo com energia elétrica	(1.486.568)	(1.240.578)	19,8%
Energia comprada para revenda	(1.198.969)	(1.177.705)	1,8%
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	(287.599)	(62.873)	357,4%
Custo e Despesa operacional	(461.701)	(490.483)	-5,9%
Pessoal	(97.930)	(96.813)	1,2%
Entidade de previdência privada	(15.583)	(21.125)	-26,2%
Material	(18.546)	(16.258)	14,1%
Serviço de terceiros	(97.035)	(85.924)	12,9%
Amortização	(60.057)	(56.209)	6,8%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(138.971)	(149.943)	-7,3%
Outros	(33.579)	(64.211)	-47,7%
Resultado do serviço	254.305	161.165	57,8%
Resultado financeiro	(32.534)	(72.602)	-55,2%
Receitas financeiras	66.820	90.853	-26,5%
Despesas financeiras	(99.353)	(163.455)	-39,2%
Resultado antes dos tributos	221.771	88.563	150,4%
Contribuição social	(21.699)	(9.750)	122,6%
Imposto de renda	(59.027)	(26.545)	122,4%
Resultado líquido do período	141.046	52.268	169,9%
EBITDA	314.362	217.374	44,6%

(*) Para efeito de apresentação do comentário de desempenho não foi realizada a reclassificação de receita pela disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo - TUSD - (nota 23)

Receita operacional bruta

A receita operacional bruta no 1º trimestre de 2018 foi de R\$ 3.504.262, apresentando aumento de 9,3% (R\$ 297.894) quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado, devido ao custo correspondente no mesmo valor), a receita operacional bruta seria de R\$ 3.365.290, apresentando aumento de 10,1% (R\$ 308.865) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

- i. **Fornecimento de energia elétrica:** redução de 6,7% (R\$ 191.060), principalmente pela redução de: (i) 8,3% na tarifa média decorrente principalmente do reajuste tarifário de abril de 2017 de -10,50%, compensado parcialmente por: (ii) aumento 1,8% no volume de energia vendida (considerando a quantidade de energia da receita não faturada).
- ii. **Suprimento de energia elétrica:** redução de R\$ 86.130, principalmente pelo volume menor de energia elétrica comercializada no curto, associado às recontabilizações de operações realizadas na CCEE de períodos anteriores.

Comentário do Desempenho

- iii. Outras receitas operacionais:** redução de 3,2% (R\$ 15.020) basicamente pelas reduções em: (i) receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD (R\$ 2.905) em função principalmente do reajuste tarifário negativo de abril de 2017; (ii) subvenções baixa renda e descontos tarifários com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") (R\$ 23.431) e (iii) outras receitas e rendas (R\$ 1.157), compensados pelos aumentos em: (iv) atualização do ativo financeiro da concessão (R\$ 5.343), (v) arrendamentos e alugueres (R\$ 1.963) e (vi) reclassificação do ajuste de excedente de reativo e ultrapassagem de demanda para ativos e passivos financeiros setoriais (R\$ 4.860).
- iv. Ativo e passivo financeiro setorial:** receita de R\$ 209.038 neste trimestre e despesa de R\$ 392.038 no mesmo período do ano anterior, totalizando uma variação de 153,3% (R\$ 601.076), basicamente: (i) amortização dos ativos e passivos homologados e (ii) diferimento de sobrecontratação, Encargos de Serviços do Sistema, Encargos de Rede Básica e CDE, compensado pelo diferimento de custo de energia.

Quantidade de energia vendida

No 1º trimestre de 2018, a quantidade de energia faturada para consumidores cativos no período, incluindo outras concessionárias e permissionárias, foi menor em 0,2% quando comparada com o mesmo trimestre do ano anterior.

O consumo da classe residencial representa 47,2% do total do mercado total fornecido pela distribuidora. O consumo registrou crescimento de 2,9% no 1º trimestre de 2018 em relação ao mesmo período do ano anterior.

A classe comercial, que representa 21,2% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de 4,7% no 1º trimestre de 2018 em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado reflete o efeito de movimentação de clientes para o mercado livre.

A classe industrial, que representa 12,3% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de 6,8% no 1º trimestre de 2018 em relação ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho reflete o efeito de movimentação de clientes para o mercado livre.

As demais classes de consumo (rural, poder público, iluminação pública, serviço público e permissionárias) participam com 19,3% do mercado total fornecido pelas distribuidoras. Estas classes apresentaram crescimento de 2,0% no 1º trimestre de 2018 em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado reflete o aumento do consumo da classe rural e permissionária.

Em relação à quantidade de energia vendida e transportada na área de concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado (mercado cativo) como a cobrança da TUSD (mercado livre), houve crescimento de 3,3% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. A variação por classe apresenta crescimento na classe residencial de 2,9%, no comercial 0,8% e na industrial de 5,6%. As demais classes de consumo apresentaram um crescimento de 2,3%.

Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional no 1º trimestre de 2018 foram de R\$ 1.301.688 apresentando redução de 0,9% (R\$ 12.454) em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente pelas reduções: (i) ICMS (R\$ 55.546); (ii) Bandeiras Tarifárias (R\$ 16.924) e (iii) Proinfa (R\$ 1.910), compensados parcialmente pelos aumentos em: (iv) PIS e COFINS (R\$ 25.233); (v) Programa de P&D e Eficiência Energética (R\$ 3.158) e (vi) CDE (R\$ 33.491).

Comentário do Desempenho

Custo com energia elétrica

No 1º trimestre de 2018 o custo com energia elétrica foi de R\$ 1.486.568 apresentando um aumento de 19,8% (R\$ 245.989) em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação deve-se basicamente:

i. Energia comprada para revenda

O custo com energia comprada para revenda foi de R\$ 1.198.969 apresentando aumento de 1,8% (R\$ 21.264) em função: (i) aumento de 9,7% no preço médio, justificado principalmente pela elevação do preço de liquidação de diferenças ("PLD"), compensado parcialmente por: (ii) redução de 7,2% no volume de energia.

ii. Encargos do uso do sistema de distribuição

Os encargos de uso do sistema de distribuição foram de R\$ 287.599, apresentando aumento de 357,4% (R\$ 224.725), impactado principalmente pelos aumentos em: (i) Encargo de Rede Básica (R\$ 136.862) e (ii) Encargo de Transporte de Itaipu (R\$ 20.436); (iii) Encargo de Serviço do Sistema (ESS) e Encargo de Energia de Reserva (EER) (R\$ 90.198), compensados parcialmente por: (iv) crédito de PIS e COFINS (R\$ 22.906).

Custo e despesa operacional

Os custos e despesas operacionais atingiram R\$ 461.701 no 1º trimestre de 2018, apresentando redução de 5,9% (R\$ 28.782) quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado), os custos e despesas operacionais seriam de R\$ 322.730, apresentando redução de 5,2% (R\$ 17.811).

Os principais efeitos nesse grupo devem-se principalmente a:

➤ Despesas operacionais gerenciáveis

São representadas pelos custos com pessoal, entidade de previdência privada, material, serviços de terceiros e outros, que totalizaram o montante de R\$ 262.673 neste trimestre, uma redução de 7,6% (R\$ 21.659) em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação deve-se principalmente aos seguintes fatores:

- i. **Pessoal:** aumento de 1,2% (R\$ 1.118), principalmente pelos efeitos do acordo coletivo.
- ii. **Entidade de previdência privada:** redução de 26,2% (R\$ 5.543), pelos registros dos impactos do laudo atuarial do período 2018.
- iii. **Material:** aumento de 14,1% (R\$ 2.288), basicamente pela aquisição de materiais para manutenção de linhas e redes (R\$ 2.631).
- iv. **Serviços de terceiros:** aumento de 12,9% (R\$ 11.111), principalmente em: (i) manutenção de linhas, redes, máquinas e equipamentos (R\$ 3.133); (ii) serviços de leitura/entrega de contas de energia (R\$ 2.043); (iii) serviços terceirizados (R\$ 1.588); (iv) poda de árvores (R\$ 2.431); (v) manutenção de hardware e software (R\$ 548); (vi) despesas inter-empresas (R\$ 782) e (vii) recuperação de inadimplência (R\$ 620).
- v. **Outros:** redução de 47,7% (R\$ 30.632), principalmente em: (i) despesas legais, judiciais e indenizações (R\$ 17.601); (ii) compensações pagas por descumprimento dos limites de continuidade, reclassificadas para outras receitas (R\$ 5.850); (iii) provisão para créditos de liquidação duvidosa

Comentário do Desempenho

(R\$ 9.158), compensados parcialmente por: (iv) perdas na alienação, desativação e outros ativos não circulantes (R\$ 2.075);

Amortização:

Aumento de despesa de amortização de 6,8% (R\$ 3.848), basicamente em função do incremento de investimentos na base do ativo intangível.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido neste trimestre apresentou despesa de R\$ 32.534, uma redução de 55,2% (R\$ 40.069) em relação ao mesmo período do ano anterior.

- i. **Receitas financeiras:** redução de 26,5% (R\$ 24.034), principalmente pelas reduções em: (i) rendimentos de aplicação financeira (R\$ 28.145); (ii) acréscimos e multas moratórias (R\$ 3.690) e (iii) atualizações monetárias e cambiais (R\$ 1.391), compensados parcialmente pelos aumentos em: (iii) deságio na aquisição de créditos de ICMS (R\$ 3.567) e (iv) atualização de ativo financeiro setorial (R\$ 5.666).
- ii. **Despesas financeiras:** redução de 39,2% (R\$ 64.103), principalmente pelas reduções em: (i) encargos e atualizações monetárias e cambiais sobre empréstimos, debêntures e derivativos (R\$ 54.299); (ii) atualização dos passivos financeiros setoriais (R\$ 14.499); (iii) negociações de parcelamentos de débitos (R\$ 4.811); (iv) atualização de débitos fiscais (R\$ 1.270), compensados parcialmente pelos aumentos em: (v) atualizações de processos judiciais contingenciados (R\$ 8.065) e (vi) variação cambial de Itaipu, que foi reclassificado para custos em 2018 (R\$ 4.060).

Contribuição Social e Imposto de Renda

A tributação sobre o lucro relativo à contribuição social e imposto de renda apurado neste trimestre foram de R\$ 80.726, apresentando aumento de 122,4% (R\$ 44.431) quando comparado com o mesmo período do ano anterior, refletindo a base tributável do período.

Resultado líquido do período e EBITDA

Com base nos fatores expostos, a Companhia apresentou neste trimestre um lucro líquido de R\$ 141.046, com aumento de R\$ 169,9% (R\$ 88.778), em relação ao lucro apurado no mesmo período do ano anterior.

O EBITDA (resultado líquido do período, excluindo os efeitos da amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) neste trimestre foi de R\$ 314.362, apresentando aumento de 44,6% (R\$ 96.988) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ
Balancos patrimoniais em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017
 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/03/2018	31/12/2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	425.599	713.796
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	1.495.069	1.417.300
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	3.263	3.303
Outros tributos a compensar	7	86.115	78.336
Derivativos	29	92.730	205.685
Ativo financeiro setorial	8	346.992	159.025
Estoques		7.695	8.191
Outros créditos	11	242.978	229.832
Total do circulante		2.700.442	2.815.468
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	54.000	59.886
Depósitos judiciais	19	457.744	452.074
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	59.166	58.387
Outros tributos a compensar	7	59.268	60.894
Ativo financeiro setorial	8	-	114.523
Derivativos	29	22.702	63.119
Créditos fiscais diferidos	9	253.859	222.233
Ativo financeiro da concessão	10	2.706.522	2.626.291
Outros créditos	11	28.810	27.043
Intangível	12	2.186.517	2.171.601
Total do não circulante		5.828.588	5.856.050
Total do ativo		8.529.030	8.671.518

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ
Balancos patrimoniais em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017
 (Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/03/2018	31/12/2017
Circulante			
Fornecedores	13	1.018.534	1.463.281
Empréstimos e financiamentos	14	795.878	1.351.141
Debêntures	15	152.442	148.921
Entidade de previdência privada	16	49.219	45.606
Taxas regulamentares	17	57.982	267.563
Imposto de renda e contribuição social a recolher	18	20.437	1.657
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	18	254.602	253.198
Mútuos com coligadas, controladas e controladora	27	-	180.772
Dividendo e juros sobre capital próprio		49.798	49.798
Obrigações estimadas com pessoal		42.323	38.378
Derivativos	29	8.866	5.236
Outras contas a pagar	20	261.170	215.216
Total do circulante		2.711.250	4.020.768
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	645.096	855.938
Debêntures	15	2.329.181	1.068.942
Entidade de previdência privada	16	653.569	658.829
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	19	237.663	236.680
Derivativos	29	8.056	19.888
Adiantamento para futuro aumento de capital	27	350.000	350.000
Passivo financeiro setorial	8	22.936	-
Outras contas a pagar	20	83.761	90.069
Total do não circulante		4.330.262	3.280.347
Patrimônio líquido			
Capital social	21	923.423	923.423
Reserva de capital		179.192	179.192
Reserva legal		48.959	48.959
Reserva de retenção de lucros para investimento		109.658	109.658
Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão		421.451	404.298
Dividendo		118.321	118.321
Resultado abrangente acumulado		(418.926)	(413.448)
Lucros acumulados		105.439	-
Total do patrimônio líquido		1.487.518	1.370.403
Total do passivo e do patrimônio líquido		8.529.030	8.671.518

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ****Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017**

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>1º Trimestre 2018</u>	<u>1º Trimestre 2017</u>
Receita operacional líquida	23	2.202.574	1.892.227
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica	24	(1.486.568)	(1.240.578)
Custo de operação	25	(187.815)	(181.953)
Custo do serviço prestado a terceiros	25	(139.562)	(150.408)
Lucro operacional bruto	25	<u>388.629</u>	<u>319.288</u>
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		(62.706)	(72.934)
Despesas gerais e administrativas		(65.438)	(82.592)
Outras despesas operacionais		(6.181)	(2.596)
Resultado do serviço		<u>254.305</u>	<u>161.165</u>
Resultado financeiro	26		
Receitas financeiras		66.820	90.853
Despesas financeiras		(99.353)	(163.455)
		<u>(32.534)</u>	<u>(72.602)</u>
Lucro antes dos tributos		<u>221.771</u>	<u>88.563</u>
Contribuição social	9	(21.699)	(9.750)
Imposto de renda	9	(59.027)	(26.545)
		<u>(80.726)</u>	<u>(36.295)</u>
Lucro líquido do período		<u><u>141.046</u></u>	<u><u>52.268</u></u>
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	22	0,16	0,06
Lucro líquido básico e diluído por ação preferencial - R\$	22	-	0,06

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2017
Lucro líquido do período	141.046	52.268
Resultado abrangente do período	141.046	52.268

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ

Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 31 de Março de 2018.

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Dividendo	Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros para investimento	Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão				
Saldos em 31 de dezembro de 2017	923.423	179.192	48.959	109.658	404.298	118.321	(413.448)	-	1.370.403
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	141.046	141.046
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado	-	-	-	-	-	-	(5.478)	-	(5.478)
Efeito da aplicação inicial do CPC 48	-	-	-	-	-	-	-	(18.453)	(18.453)
Mutações internas do patrimônio líquido									
Movimentação da reserva estatutária no período	-	-	-	-	17.153	-	-	(17.153)	-
Saldos em 31 de março de 2018	923.423	179.192	48.959	109.658	421.451	118.321	(418.926)	105.439	1.487.518

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Dividendo	Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros para investimento	Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão				
Saldos em 31 de dezembro de 2016	905.948	196.667	34.941	109.658	322.867	2.228	(508.909)	-	1.063.400
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	52.268	52.268
Mutações internas do patrimônio líquido									
Movimentação da reserva estatutária no período	-	-	-	-	13.627	-	-	(13.627)	-
Saldos em 31 de março de 2017	905.948	196.667	34.941	109.658	336.494	2.228	(508.909)	38.641	1.115.668

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ****Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017**

(Em milhares de Reais)

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Lucro antes dos tributos	221.771	88.563
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	60.057	56.356
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	2.712	20.374
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11.254	20.411
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	50.168	127.070
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	15.583	21.125
Perda (ganho) na baixa de não circulante	6.196	2.627
	367.741	336.526
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(110.508)	(224.391)
Tributos a compensar	(6.892)	(9.395)
Depósitos judiciais	(227)	(207.315)
Ativo financeiro setorial	(46.225)	20.486
Contas a receber - CDE	3.405	(13.792)
Outros ativos operacionais	(64.248)	(50.031)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(444.747)	(315.976)
Outros tributos e contribuições sociais	1.251	25.075
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(17.231)	(16.975)
Taxas regulamentares	(209.582)	(20.119)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(13.070)	(24.755)
Passivo financeiro setorial	1.383	371.723
Contas a pagar - CDE	-	(2.430)
Outros passivos operacionais	90.240	69.568
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	(448.710)	(61.801)
Encargos de dívida e debêntures pagos	(52.428)	(118.619)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(81.230)	(38.806)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(582.368)	(219.226)
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados	763	626
Adições de intangível	(135.289)	(137.032)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(134.526)	(136.406)
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures	1.379.021	-
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(919.465)	(440.736)
Liquidação de operações com derivativos	150.446	(62.984)
Operações de mútuo com controladas e coligadas	(181.305)	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	428.697	(503.720)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(288.197)	(859.352)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	713.796	2.225.091
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	425.599	1.365.739

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017
 (Em milhares de Reais)

	<u>1º Trimestre 2018</u>	<u>1º Trimestre 2017</u>
1 - Receita	3.493.009	3.185.957
1.1 Receita de venda de energia e serviços	3.365.290	3.056.425
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	138.971	149.943
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(11.254)	(20.411)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(1.933.800)	(1.684.521)
2.1 Custo com energia elétrica	(1.651.870)	(1.387.985)
2.2 Material	(106.981)	(107.656)
2.3 Serviços de terceiros	(134.153)	(129.932)
2.4 Outros	(40.797)	(58.948)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	1.559.208	1.501.435
4 - Retenções	(60.218)	(56.356)
4.1 Amortização	(60.218)	(56.356)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	1.498.990	1.445.079
6 - Valor adicionado recebido em transferência	71.051	95.728
6.1 Receitas financeiras	71.051	95.728
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	1.570.042	1.540.807
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	109.211	113.441
8.1.1 Remuneração direta	54.863	56.613
8.1.2 Benefícios	49.710	52.015
8.1.3 F.G.T.S	4.638	4.813
8.2 Impostos, taxas e contribuições	1.218.604	1.210.941
8.2.1 Federais	679.808	616.759
8.2.2 Estaduais	537.325	592.872
8.2.3 Municipais	1.471	1.310
8.3 Remuneração de capital de terceiros	101.181	164.157
8.3.1 Juros	100.557	163.531
8.3.2 Aluguéis	624	626
8.4 Remuneração de capital próprio	141.046	52.268
8.4.1 Lucros retidos	141.046	52.268
	1.570.042	1.540.807

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Paulista de Força e Luz (“CPFL Paulista” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, 1755 - Km 2,5, CEP 13088-140 – Parque São Quirino - Campinas – São Paulo.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos, até 20 de novembro de 2027, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 234 municípios do interior do Estado de São Paulo. Entre os principais estão Campinas, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto, atendendo a aproximadamente 4,4 milhões de consumidores.

Capital circulante líquido negativo

Em 31 de março de 2018, a Companhia apresentou nas informações contábeis intermediárias o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 10.808, o que está dentro dos planos de redução nos custos das dívidas da Companhia. Adicionalmente a Companhia tem histórico de lucros, bem como projeção de lucratividade e geração de caixa, o que suporta e viabiliza o plano de renegociação para redução nos custos da dívida da Companhia.

(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de preparação

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e também com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (CVM), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 exceto quanto ao descrito na nota 3 e, portanto, devem ser analisadas em conjunto.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração em 7 de maio de 2018.

2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação

Notas Explicativas

da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 29 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 6 - Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 8 – Ativo e passivo financeiro setorial (determinados componentes financeiros que podem surgir sem metodologia prévia);
- Nota 9 – Créditos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Nota 10 – Ativo financeiro da concessão (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos);
- Nota 11 – Outros créditos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 12 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 16 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);
- Nota 19 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos);
- Nota 23 – Receita operacional líquida (premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados); e
- Nota 29 – Instrumentos financeiros (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:

A moeda funcional da Companhia é o Real e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Demonstração do valor adicionado:

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Notas Explicativas

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Com exceção ao descrito a seguir, as principais informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas nas notas explicativas 3.1 a 3.15, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A Companhia adotou inicialmente o CPC 48 Instrumentos Financeiros e o CPC 47 Receitas de Contratos com Clientes a partir de 1 de janeiro de 2018, com efeitos retrospectivos. Uma série de outras novas normas são efetivas a partir de 1 de janeiro de 2018, contudo, sem efeito material nas demonstrações financeiras.

O efeito da aplicação inicial dessa norma (CPC 48) é atribuído principalmente:

- quando da marcação a mercado de passivos financeiros, ao reconhecimento do risco de crédito em outros resultados abrangentes, anteriormente registrados no resultado do período; e
- a um aumento nas perdas por *impairment* (provisão para créditos de liquidação duvidosa) reconhecidos em ativos financeiros.

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 48 *Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração*.

a) Classificação e mensuração de Ativos e Passivos Financeiros

Conforme descrito na nota 3.15 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 a Companhia possui ativos relevantes classificados como “disponíveis para venda”, de acordo com os requerimentos atuais do CPC 48. Estes ativos representam o direito à indenização ao final do prazo de concessão da Companhia. Estes ativos passaram a ser classificados como mensurados ao valor justo contra resultado de acordo com a nova norma e os efeitos da mensuração subsequente deste ativo são registrados no resultado do exercício, não havendo impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Conforme nota 3.15 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, o CPC 48 determina que os passivos financeiros designados a valor justo contra o resultado que possuem o risco de crédito como componente de seu cálculo, tenham os efeitos das mudanças neste risco de crédito registrado em outros resultados abrangentes, em vez de diretamente no resultado do exercício. O montante registrado no 1º trimestre de 2018 no resultado abrangente, em função desta alteração foi R\$ 5.478.

b) *Impairment* de ativos financeiros

O CPC 48 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no CPC 48. O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e mudanças nessas expectativas a cada data de reporte para refleti-las desde o reconhecimento inicial. Ou seja, não é mais necessário que o evento ocorra para que seja reconhecida a perda no crédito. O efeito da adoção deste pronunciamento é o complemento de despesa de R\$ 27.960 registrados diretamente em Lucros Acumulados (R\$ 18.453 líquido dos efeitos tributários).

CPC 47 Receita de Contratos com Clientes

O CPC 47 estabelece que a receita deve ser reconhecida de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, penalidades ou similares. A Companhia é avaliada pela qualidade do serviço que presta a seus consumidores. A qualidade dos serviços prestados compreende a avaliação das interrupções no fornecimento de energia elétrica. Quando determinados índices não são alcançados, penalidades são aplicadas à Companhia, atualmente reconhecidas como despesa operacional.

Com a adoção do CPC 47, passam a se tornar uma redutora de receita, representando mera reclassificação entre linhas do resultado, sem efeitos no lucro líquido da Companhia. A partir de 1º de janeiro de 2018, a compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos passou a ser registrada como receita operacional, na rubrica Outras Receitas, sendo que até 31 de dezembro era registrada em Outras Despesas Operacionais. O montante registrado no 1º trimestre de 2018 foi R\$ 5.610 (nota 23).

Notas Explicativas

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Desta forma, a Companhia determinou o valor justo conforme CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado sob condições atuais de mercado na data de mensuração.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 29) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados a valor justo. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos, consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ("ANEEL"). Esta base de avaliação é utilizada para precificação da tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar a base original ao respectivo valor atualizado nas datas subsequentes, em consonância com o processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldos bancários	56.773	137.586
Aplicações financeiras	<u>368.826</u>	<u>576.210</u>
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	137	84.310
Certificado de depósito bancário (b)	368.609	375.138
Fundos de investimento (c)	<u>80</u>	<u>116.762</u>
Total	<u><u>425.599</u></u>	<u><u>713.796</u></u>

a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente, que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários ("CDB's") e remuneração de 15% da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

b) Corresponde a operações de curto prazo em CDB's e debêntures compromissadas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 101,0% do CDI.

c) Representa valores aplicados em Fundos Exclusivos, com liquidez diária e remuneração equivalente, na média de 100,0% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB's, letras financeiras e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

Notas Explicativas**(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS**

	Saldos		Vencidos		Total	
	vincendos	até 90 dias	> 90 dias	31/03/2018	31/12/2017	
Circulante						
Classes de consumidores						
Residencial	276.921	227.984	30.977	535.882	493.820	
Industrial	56.854	50.365	43.243	150.461	166.011	
Comercial	101.130	41.177	13.559	155.866	145.624	
Rural	20.790	6.038	1.683	28.511	29.938	
Poder público	34.392	5.221	2.195	41.808	47.062	
Iluminação pública	23.784	2.116	1.148	27.048	33.237	
Serviço público	41.024	3.675	1.454	46.153	52.998	
Faturado	554.895	336.576	94.259	985.729	968.690	
Não faturado	516.481	-	-	516.481	442.786	
Parcelamento de débito de consumidores	76.746	11.600	16.498	104.843	101.999	
Operações realizadas na CCEE	12.383	-	-	12.383	5.458	
Concessionárias e permissionárias	4.147	-	-	4.147	5.164	
Outros	68	-	-	68	357	
	1.164.720	348.176	110.757	1.623.651	1.524.454	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(128.580)	(107.154)	
Total				1.495.069	1.417.300	
Não circulante						
Parcelamento de débito de consumidores	58.885	-	-	58.885	64.188	
Operações realizadas na CCEE	5.003	-	-	5.003	5.003	
	63.888	-	-	63.888	69.191	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(9.888)	(9.306)	
Total				54.000	59.886	

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PDD”)

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros créditos (nota 11)	Total
Saldo em 31/12/2017	(116.459)	(7.567)	(124.026)
Provisão revertida (constituída) liquida	(19.693)	(303)	(19.996)
Recuperação de receita	8.742	-	8.742
Efeito da aplicação inicial do CPC 48	(27.674)	(286)	(27.960)
Baixa de contas a receber provisionadas	16.615	-	16.615
Saldo em 31/03/2018	(138.468)	(8.155)	(146.623)
Circulante	(128.580)	(8.155)	(136.735)
Não circulante	(9.888)	-	(9.888)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

Notas Explicativas

(7) TRIBUTOS A COMPENSAR

	31/03/2018	31/12/2017
Circulante		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	3.263	3.303
Imposto de renda e contribuição social a compensar	3.263	3.303
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	38.598	31.663
ICMS a compensar	40.377	39.387
Programa de integração social - PIS	875	1.259
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	4.040	3.803
Instituto nacional de seguridade social - INSS	2.138	2.138
Outros	86	86
Outros tributos a compensar	86.115	78.336
Total circulante	89.378	81.639
Não circulante		
Contribuição social a compensar - CSLL	59.166	58.387
Imposto de renda e contribuição social a compensar	59.166	58.387
ICMS a compensar	59.268	60.894
Outros tributos a compensar	59.268	60.894
Total não circulante	118.434	119.281

(8) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do período do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2017			Receita operacional		Resultado financeiro	Recebimento	Saldo em 31/03/2018		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária	Via bandeira tarifária (nota 23.4)	Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"	357.592	(56.314)	301.277	382.216	158.189	16.696	(164.196)	708.380	(14.200)	694.180
CVA (*)										
CDE (**)	(146.830)	(62.389)	(209.219)	23.263	65.407	(2.359)	-	(125.917)	3.009	(122.908)
Custos energia elétrica	828.750	(115.395)	713.355	50.239	101.810	14.909	(164.196)	729.959	(13.842)	716.117
ESS e EER (***)	(561.995)	43.458	(518.537)	(55.760)	62.369	(6.933)	-	(508.837)	(10.024)	(518.861)
Proinfra	(589)	(1.437)	(2.027)	2.988	1.506	28	-	2.427	68	2.495
Rede básica	(40.276)	1.448	(38.828)	28.771	(1.402)	(689)	-	(12.196)	47	(12.149)
Repasse de Itaipu	478.415	18.806	497.221	38.153	(16.661)	7.063	-	523.593	2.183	525.776
Transporte de Itaipu	(3.440)	1.414	(2.026)	5.485	(1.229)	(55)	-	1.987	189	2.176
Neutralidade dos encargos setoriais	(2.454)	22.645	20.190	4.658	(21.010)	(740)	-	1.463	1.634	3.097
Sobrecontratação	(193.989)	35.136	(158.852)	284.418	(32.601)	5.472	-	95.901	2.536	98.437
Outros componentes financeiros	(12.546)	(15.182)	(27.728)	(345.453)	14.086	(11.030)	-	(365.465)	(4.660)	(370.125)
Total	345.046	(71.496)	273.549	36.763	172.275	5.666	(164.196)	342.915	(18.860)	324.055
Ativo circulante			159.025							346.992
Ativo não circulante			114.523							-
Passivo não circulante			-							(22.936)

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

Os detalhes sobre a natureza de cada ativo e passivo financeiro setorial estão descritos na nota 8 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Notas Explicativas

(9) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

9.1 - Composição dos créditos fiscais:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Crédito de contribuição social</u>		
Bases negativas	-	4.716
Benefício fiscal do intangível incorporado	44.715	45.872
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>22.483</u>	<u>8.174</u>
Subtotal	<u>67.198</u>	<u>58.762</u>
<u>Crédito de imposto de renda</u>		
Prejuízos fiscais	-	13.343
Benefício fiscal do intangível incorporado	124.209	127.421
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>62.453</u>	<u>22.707</u>
Subtotal	<u>186.661</u>	<u>163.471</u>
Total	<u><u>253.859</u></u>	<u><u>222.233</u></u>

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis, benefício fiscal do intangível incorporado e bases negativas e prejuízos fiscais, cuja composição está descrita nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 está baseada nas projeções de resultados futuros, aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal da CPFL Energia. A fim de refletir adequadamente a alíquota efetiva dos tributos sobre o lucro, são registrados mensalmente créditos fiscais diferidos sobre eventuais prejuízos que possuem projeções positivas conforme referidos estudos.

9.2 - Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. No primeiro trimestre de 2018 e 2017, a taxa anual de amortização aplicada foi de 3,0%.

9.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	<u>31/03/2018</u>		<u>31/12/2017</u>	
	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	19.181	53.281	19.341	53.724
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	13.196	36.656	11.162	31.006
Provisão energia livre	6.596	18.322	6.509	18.081
Programas de P&D e eficiência energética	13.055	36.264	12.075	33.543
Provisão relacionada a pessoal	2.097	5.824	1.556	4.321
Derivativos	(9.171)	(25.474)	(23.344)	(64.844)
Registro da concessão - ajuste do intangível (CPC)	(2.468)	(6.856)	(2.532)	(7.034)
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro (CPC)	(57.471)	(159.641)	(55.131)	(153.143)
Perdas atuariais (CPC)	21.612	60.035	21.612	60.035
Instrumentos financeiros (CPC)	1.140	3.165	(296)	(822)
Outros	(2.507)	(6.964)	-	-
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado				
Perdas atuariais (CPC)	<u>17.222</u>	<u>47.840</u>	<u>17.222</u>	<u>47.840</u>
Total	<u><u>22.483</u></u>	<u><u>62.453</u></u>	<u><u>8.174</u></u>	<u><u>22.707</u></u>

Notas Explicativas

9.4 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos trimestres findos em 31 de março de 2018 e 2017:

	1º Trimestre 2018		1º Trimestre 2017	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	221.771	221.771	88.563	88.563
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Realização correção monetária complementar	436	-	487	-
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(281)	(281)	(428)	(428)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	18.223	18.223	18.342	18.342
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	950	(3.608)	1.367	(297)
Base de cálculo	241.099	236.105	108.331	106.180
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Total	(21.699)	(59.027)	(9.750)	(26.545)
Corrente	(26.871)	(73.153)	(12.824)	(34.986)
Diferido	5.172	14.126	3.074	8.441

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

(10) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2017	2.626.291
Adições	57.254
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa	27.451
Baixas	(4.474)
Saldo em 31/03/2018	2.706.522

O saldo refere-se ao valor justo do ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão mensurados a valores justos.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição "VNR" – nota 4), é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 23) no resultado do período.

(11) OUTROS CRÉDITOS

	Circulante		Não circulante	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Adiantamentos - Fundação CESP	4.308	4.334	5.751	5.751
Cauções, fundos e depósitos vinculados	294	3.932	18.155	16.377
Ordens em curso	64.731	66.549	-	-
Serviços prestados a terceiros	3.958	4.448	-	-
Bens destinados a alienação	-	-	573	573
Despesas antecipadas	29.954	24.491	3.105	3.134
Contas a receber - CDE	99.131	102.536	-	-
Adiantamentos a funcionários	13.208	5.420	-	-
Outros	35.550	25.689	1.226	1.208
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(8.155)	(7.567)	-	-
Total	242.978	229.832	28.810	27.043

Contas a receber – CDE – Refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 6.000 (R\$ 7.086 em 31 de dezembro de 2017), (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 93.086 (R\$ 95.407 em 31 de dezembro de 2017) e (iii) descontos tarifários - liminares no montante de R\$ 45 (R\$ 43 em 31 de dezembro de 2017) (nota 23.3).

No primeiro trimestre de 2018, a Companhia efetuou o encontro de contas do montante a pagar de CDE (nota 17) e o contas a receber – CDE no valor de R\$ 132 (nota 23.3).

Notas Explicativas**(12) INTANGÍVEL**

	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Infraestrutura de distribuição - em curso	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2017	1.876.488	293.007	2.107	2.171.601
Custo histórico	5.489.460	293.007	8.061	5.790.528
Amortização acumulada	(3.612.972)	-	(5.954)	(3.618.927)
Adições	-	136.776	-	136.776
Amortização	(60.132)	-	(86)	(60.218)
Transferência - intangíveis	49.325	(49.325)	-	-
Transferência - ativo financeiro	-	(57.254)	-	(57.254)
Baixa e transferência - outros ativos	(4.389)	-	-	(4.389)
Saldo em 31/03/2018	1.861.292	323.204	2.021	2.186.517
Custo histórico	5.513.044	323.204	8.061	5.844.309
Amortização acumulada	(3.651.752)	-	(6.040)	(3.657.792)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de “amortização” (nota 25).

Em conformidade com o CPC 20 (R1), os juros referentes aos empréstimos tomados pela Companhia para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção. No primeiro trimestre de 2018 foram capitalizados R\$ 1.327 (R\$ 1.800 no primeiro trimestre de 2017) a uma taxa média de 7,50% a.a. (nota 26).

(13) FORNECEDORES

	31/03/2018	31/12/2017
Encargos de serviço do sistema	19.085	-
Suprimento de energia elétrica	656.239	964.168
Encargos de uso da rede elétrica	110.213	99.987
Materiais e serviços	126.696	294.489
Energia livre	106.302	104.638
Total	1.018.534	1.463.281

(14) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Saldo em 31/12/2017	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e MTM	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/03/2018
Mensuradas ao custo						
Moeda nacional						
Investimento	405.777	(33.472)	5.764	-	(5.090)	372.977
Outros	2.410	(137)	35	-	(35)	2.273
Total ao custo	408.187	(33.609)	5.799	-	(5.125)	375.250
Mensuradas ao valor justo						
Moeda estrangeira						
Instituições financeiras	1.823.241	(759.605)	11.551	(5)	(13.824)	1.061.359
Marcação a mercado	(18.985)	-	28.261	-	-	9.276
Total ao valor justo	1.804.256	(759.605)	39.812	(5)	(13.824)	1.070.635
Gastos com captação	(5.364)	-	454	-	-	(4.910)
Total	2.207.079	(793.214)	46.065	(5)	(18.949)	1.440.974

Notas Explicativas

	Remuneração a.a.	Condições de amortização	Garantias	31/03/2018			31/12/2017				
				Circulante		Não Circulante	Circulante		Não Circulante	Total	
				Encargos	Principal	Principal	Encargos	Principal	Principal	Total	
Mensuradas ao custo											
Moeda nacional											
BNDES - Investimento											
FINEM V	TJLP + 2,12% a 3,3% (a)	72 Parcelas mensais a partir de fevereiro de 2012	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis	-	-	-	-	11	2.872	-	2.883
FINEM V	Pré fixado 8% (b)	90 Parcelas mensais a partir de agosto de 2011	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis	5	1.450	-	1.455	6	1.740	145	1.892
FINEM V	Pré fixado 5,5% (c)	96 Parcelas mensais a partir de fevereiro de 2013	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis	51	7.533	13.811,24	21.396	55	7.533	15.695	23.283
FINEM VI	TJLP + 2,06% a 3,08% (d)	72 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2014	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis	323	50.439	37.829,56	88.592	369	50.350	50.350	101.068
FINEM VI	Pré fixado 2,50% (e)	96 Parcelas mensais a partir de dezembro de 2014	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis	141	27.587	101.153,55	128.882	149	27.587	108.050	135.787
FINEM VI	Pré fixado 2,50% (f)	114 Parcelas mensais a partir de junho de 2013	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis	8	1.504	5.513,58	7.025	8	1.504	5.890	7.401
FINEM VII	Pré fixado 6,00% (g)	96 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis	73	4.726	23.629,38	28.428	76	4.726	24.811	29.612
FINEM VII	TJLP + 2,12% a 2,66% (h)	72 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis	182	12.744	38.232,01	51.158	193	12.721	41.344	54.259
FINEM VII	SELIC + 2,62% a 2,66% (i)	72 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis	32	7.805	23.413,59	31.250	30	7.684	24.973	32.687
FINAME	Pré fixado 4,50%	96 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Aval da CPFL Energia	29	8.435	6.326,57	14.791	33	8.435	8.435	16.904
Outros											
Eletrobras	RGR + 6% a 6,5%	120 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2013	Receíveis e notas promissórias	11	491	1.770	2.273	12	512	1.886	2.410
Total moeda nacional - mensuradas ao custo				855	122.715	251.680	375.250	942	125.666	281.579	408.187
Mensuradas ao valor justo											
Moeda estrangeira											
Instituições Financeiras											
Bank of America Merrill Lynch	US\$ + Libor 3 meses + 1,35% (1)	Parcela única em outubro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	2.107	333.800	-	335.907	1.966	330.800	-	332.766
Bank of America Merrill Lynch	US\$ + Libor 3 meses + 1,70% (2)	Parcela única em setembro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	-	-	-	-	70	148.860	-	148.930
Bank of America Merrill Lynch	US\$ + Libor 3 meses + 1,40% (5)	Parcela única em fevereiro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	-	-	-	-	1.861	496.200	-	498.061
Mizuho	US\$ + Libor 3 meses + 1,55% (j) (3) (9)	03 Parcelas semestrais a partir de março de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	71	166.900	-	166.971	89	165.400	82.700	248.189
Bank of Tokyo-Mitsubishi	US\$ + Libor 3 meses + 0,80% (k) (4)	04 Parcelas semestrais a partir de setembro de 2017	Aval da CPFL Energia e nota promissória	126	83.450	-	83.576	161	82.700	41.350	124.211
Bank of Tokyo-Mitsubishi	US\$ + Libor 3 meses + 0,88% (l) (7) (9)	Parcela única em fevereiro de 2020	Aval da CPFL Energia e nota promissória	498	-	166.900	167.398	426	-	165.400	165.826
JP MORGAN	US\$ + 2,74% (6)	Parcela única em janeiro de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória	495	83.450	-	83.945	1.083	-	82.700	83.783
Operação sindicalizada (*) - Bank of America Merrill Lynch, Citibank, HSBC e EDC-Export Development Canada	USD + Libor 3M + 2,7% a.a. (m) (8) (9)	05 Parcelas semestrais a partir de maio de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória	1.028	-	222.533	223.561	942	-	220.533	221.475
Marcação a mercado				-	1.186	8.090	9.276	-	(5.222)	(13.763)	(18.985)
Total moeda estrangeira - mensuradas ao valor justo				4.325	668.786	397.523	1.070.634	6.598	1.218.738	578.921	1.804.257
Gastos com Captação (*)				-	(803)	(4.107)	(4.910)	-	(803)	(4.561)	(5.364)
Total				5.181	790.697	645.096	1.440.974	7.540	1.343.600	855.938	2.207.079

Swap convertendo o custo da operação de variação de moeda para variação da taxa de juros em reais, correspondendo a:

(1) 108% do CDI a.a. (2) 109,50% do CDI a.a. (3) 106,89% a 106,90% do CDI a.a. (4) 105,50% do CDI a.a. (5) 106,35% do CDI a.a. (6) 106,6% do CDI a.a. (7) 107,85% do CDI a.a. (8) 108,15% a 116% do CDI a.a. (9) Swap convertendo o custo da operação de variação de taxa de juros para taxas pré-fixadas entre 7,31% a 7,64%.

- (a) Taxa efetiva: 60,70% a 68,82% do CDI
 (b) Taxa efetiva: 65,91% do CDI
 (c) Taxa efetiva: 45,68% do CDI
 (d) Taxa efetiva: 88,55% a 100,53% do CDI
 (e) Taxa efetiva: 30,35% do CDI
 (f) Taxa efetiva: 30,65% do CDI
 (g) Taxa efetiva: 48,29% a 48,39% do CDI
 (h) Taxa efetiva: 68,63% a 72,87% do CDI
 (i) Taxa efetiva: 121,32% a 121,64% do CDI
 (j) Taxa efetiva: 108,49% do CDI
 (k) Taxa efetiva: 107,5% do CDI
 (l) Taxa efetiva: 110,44% do CDI
 (m) Taxa efetiva: 115,9% do CDI

(*) Conforme CPC 08, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

(**) Empréstimo financeiro em moeda estrangeira, tendo como contraparte um grupo de instituições financeiras.

Conforme segregado no quadro acima, a Companhia em consonância com os CPC 48 classificou suas dívidas como (i) outros passivos financeiros (ou mensuradas ao custo amortizado), e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. Em 31 de março de 2018, o saldo da dívida designada ao valor justo totalizava R\$ 1.070.634 (R\$ 1.804.257 em 31 de dezembro de 2017).

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia exceto pelo componente de cálculo de risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes. Em 31 de março de 2018 as perdas acumuladas obtidas na marcação a mercado das referidas dívidas de R\$ 9.276 (ganhos acumulados de R\$ 18.985 em 31 de dezembro de 2017), compensados pelos ganhos obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 5.120 (perdas de R\$ 17.154 em 31 de dezembro de 2017), contratados para proteção da variação cambial (nota 29), geraram uma perda total líquida no total de R\$ 4.156 (ganho total líquido de R\$ 1.831 em 31 de dezembro de 2017).

Notas Explicativas

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

A partir de 01/04/2019	177.976
2020	317.246
2021	99.385
2022	36.727
2023	4.537
2024	1.134
Subtotal	637.006
Marcação a mercado	8.090
Total	645.096

Condições restritivas:

Os contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos a certas condições restritivas, contemplando cláusulas, que requerem da Companhia e sua controladora CPFL Energia a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Adicionalmente, os referidos contratos contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme o último período de apuração.

Os detalhes das condições restritivas para as demais dívidas estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados semestralmente e anualmente estão adequadamente atendidas conforme o último período de apuração, ou seja, 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2017, respectivamente.

(15) DEBÊNTURES

	Saldo em 31/12/2017	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e MTM	Encargos pagos	Saldo em 31/03/2018
Debentures	1.232.821	1.380.000	(126.250)	43.992	(33.479)	2.497.084
Gastos com emissão	(14.957)	(979)	-	475	-	(15.461)
Total	1.217.864	1.379.021	(126.250)	44.467	(33.479)	2.481.623

	Quantidade em circulação	Remuneração a.a.	Taxa efetiva a.a.	Condições de amortização	Garantias	31/03/2018			31/12/2017			Total	
						Circulante		Não circulante	Circulante		Não circulante		
						Encargos	Principal	Principal	Encargos	Principal	Principal		
7ª Emissão	50.500	CDI + 0,83% (1)	CDI + 0,89%	04 Parcelas anuais a partir de fevereiro de 2018	Fiança da CPFL Energia	3.939	126.250	252.500	382.689	17.134	126.250	378.750	522.134
8ª Emissão	213.804	IPCA + 4,42%	IPCA + 4,42%	Parcela Única em 2022	Fiança da CPFL Energia	374	-	217.446	217.819	1.669	-	215.310	216.980
8ª Emissão	355.718	IPCA + 4,66%	IPCA + 4,66%	02 Parcelas Anuais a partir de setembro de 2023	Fiança da CPFL Energia	654	-	361.777	362.431	2.925	-	358.224	361.149
8ª Emissão	130.478	IPCA + 5,05%	IPCA + 5,05%	03 Parcelas Anuais a partir de setembro de 2025	Fiança da CPFL Energia	260	-	132.700	132.960	1.161	-	131.397	132.558
9ª Emissão	1.380.000	CDI + 0,48% (1)	106,0% do CDI	Parcela única em Janeiro de 2021	Fiança da CPFL Energia	21.184	-	1.380.000	1.401.184	-	-	-	-
Gastos com Emissão (*)						-	(219)	(15.242)	(15.461)	-	(219)	(14.739)	(14.957)
						26.411	126.031	2.329.181	2.481.623	22.890	126.031	1.068.942	1.217.864

(1) A Companhia possui swap convertendo o custo da operação de variação de taxa de juros para taxas pré-fixadas entre 6,67% e 7,72%

(*) Conforme CPC 08, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Notas Explicativas

Ano de vencimento

2020	120.929
2021	1.504.717
2022	215.976
2023	179.419
2024 a 2027	308.140
Total	2.329.181

Adições no período:

9ª emissão

No primeiro trimestre de 2018, foram subscritas e integralizadas 1.380.000 debêntures simples, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, série única, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) o que gerou uma captação total de R\$ 1.380.000 (R\$ 1.379.021 líquida dos gastos de emissão), com pagamento de juros semestrais. Os recursos líquidos obtidos serão destinados para refinanciamento de dívidas e reforço do capital de giro.

Condições restritivas

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas que contemplam cláusulas que requerem da garantidora (controladora CPFL Energia) a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Adicionalmente, os referidos contratos de debêntures contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme o último período de apuração.

A 9ª emissão de debêntures emitida no 1º trimestre 2018 está sujeita há condições restritivas, que requer da controladora CPFL Energia a manutenção de índices financeiros, como seguem:

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA menor ou igual a 3,75; e
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

Os detalhes das condições restritivas para as demais debêntures estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

A Administração da Companhia e da controladora CPFL Energia monitoram esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados semestralmente e anualmente estão adequadamente atendidas conforme o último período de apuração, ou seja, 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2017, respectivamente.

(16) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados, cujas características estão descritas na nota 16 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

16.1 – Movimentações dos planos de benefício definido

As movimentações ocorridas no período, no passivo líquido são as seguintes:

Passivo atuarial líquido em 31/12/2017	689.998
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	15.583
Contribuições da patrocinadora vertidas do período	(14.468)
Passivo atuarial líquido em 31/03/2018	691.113
Outras contribuições	11.675
Total passivo	702.788
Circulante	49.219
Não circulante	653.569

Notas Explicativas

As despesas reconhecidas como custo da operação estão demonstradas abaixo:

	<u>1º Trimestre 2018</u>	<u>1º Trimestre 2017</u>
Custo do serviço	209	177
Juros sobre obrigações atuariais	105.271	119.153
Rendimento esperado dos ativos do plano	(89.897)	(98.205)
Total da despesa (receita)	<u>15.583</u>	<u>21.125</u>

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial, com base nos laudos atuariais preparados para as datas-base de 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	9,51% a.a.	10,99% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	9,51% a.a.	10,99% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	6,08% a.a.	7,00% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	4,00% a.a.	5,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para a determinação das taxas nominais acima):	4,00% a.a.	5,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca	Light fraca
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012	ExpR_2012*
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	100% na primeira elegibilidade a um benefício pelo Plano	100% na primeira elegibilidade a um benefício pelo Plano

* Experiência FUNCESP, agravada em 40%.

(17) TAXAS REGULAMENTARES

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	693	693
Conta de desenvolvimento energético - CDE (nota 23.5)	56.911	121.949
Bandeiras tarifárias e outros	378	144.922
Total	<u>57.982</u>	<u>267.563</u>

Conta de desenvolvimento energético – CDE – Refere-se: (i) a quota anual de CDE para o exercício de 2017 no montante de R\$ 65.038, (ii) quota destinada à devolução do aporte de CDE do período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014 no montante de R\$ 22.450 (R\$ 22.450 em 31 de dezembro de 2017) e (iii) quota destinada à devolução do aporte da Conta no Ambiente de Contratação Regulada (“conta ACR”) do período de fevereiro a dezembro de 2014, no montante de R\$ 34.461 (R\$ 34.461 em 31 de dezembro de 2017).

No primeiro trimestre de 2018 a Companhia efetuou o encontro de contas do montante a pagar de CDE e o contas a receber – CDE (nota 11) no valor de R\$ 132.

Bandeiras tarifárias e outros – Refere-se basicamente ao montante a ser repassado para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”), cujo valor a receber foi registrado através da emissão das faturas de energia (nota 23.4).

Notas Explicativas**(18) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES**

	31/03/2018	31/12/2017
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	14.961	708
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	5.476	949
Imposto de renda e contribuição social a recolher	20.437	1.657
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	172.101	178.747
Programa de integração social - PIS	12.649	11.470
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	58.260	52.831
Outros	11.592	10.150
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	254.602	253.198
Total	275.039	254.855

(19) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/03/2018		31/12/2017	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	66.890	35.630	64.022	34.986
Cíveis	59.749	28.139	65.300	28.448
Fiscais				
FINSOCIAL	34.846	96.724	33.473	95.903
Imposto de renda	-	227.872	-	224.604
Outras	74.474	69.379	66.379	68.133
	109.320	393.975	99.852	388.640
Outros	1.704	-	7.506	-
Total	237.663	457.744	236.680	452.074

A movimentação das provisões para

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/03/2018
Trabalhistas	64.022	3.786	(3.207)	(1.775)	4.065	66.890
Cíveis	65.300	5.336	(8.004)	(7.504)	4.622	59.749
Fiscais	99.852	4.321	1.873	(14)	3.288	109.320
Outros	7.506	-	(2.164)	(3.776)	136	1.704
Total	236.680	13.443	(11.502)	(13.070)	12.111	237.663

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

Os detalhes da natureza das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e outros e depósitos judiciais estão apresentados na nota 19 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Perdas possíveis: A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, ou seja, é mais provável do que não ("more likely than not") de que não haja desembolso para estes casos devido a

Notas Explicativas

uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 estavam assim representadas:

	31/03/2018	31/12/2017	Principais causas
Trabalhistas	221.779	220.111	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	387.297	407.678	Danos pessoais e majoração tarifária
Fiscais	1.734.967	1.645.780	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social
Regulatório	12.114	11.537	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	2.356.157	2.285.106	

Fiscais – referem-se basicamente a discussões da dedutibilidade para Imposto de renda da despesa reconhecida no exercício de 1997 referente ao compromisso assumido relativo ao plano de pensão dos funcionários da Companhia perante a Fundação CESP no montante estimado de R\$ 1.280.004, com um depósito judicial vinculado no valor de R\$ 206.874.

No tocante às contingências trabalhistas, a Companhia informa que, conforme descrito na nota 19 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho, sendo que o status da discussão não foi alterado desde então e o risco permanece como possível.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(20) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Consumidores e concessionárias	48.853	30.868	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	89.898	76.065	48.179	58.235
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	36.883	31.254	26.457	28.672
EPE / FNDCT / PROCEL	10.293	7.700	-	-
Adiantamentos	4.396	4.301	473	517
Juros sobre empréstimo compulsório	152	163	-	-
Folha de pagamento	3.563	4.986	-	-
Participação nos lucros	23.622	18.494	2.505	2.645
Convênios de arrecadação	34.037	34.587	-	-
Outros	9.473	6.799	6.146	-
Total	261.170	215.216	83.761	90.069

(21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no patrimônio da Companhia em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 está assim distribuída:

:

Acionistas	Quantidade de ações		
	Ordinárias	Total	%
CPFL Energia S/A	880.653.030	880.653.030	100,00
Ações em tesouraria	1	1	-
Total	880.653.031	880.653.031	100,00

Os detalhes dos itens incluídos no patrimônio líquido estão descritos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Notas Explicativas

(22) LUCRO POR AÇÃO

22.1 - Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído para os trimestres findos em 31 de março de 2018 e 2017 foi baseado no lucro líquido do período atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados:

	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2017
Numerador		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	141.046	52.268
Denominador		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	880.653.031	728.890.475
Média ponderada de ações em poder dos acionistas - ações preferenciais	-	151.762.556
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	0,16	0,06
Lucro líquido básico e diluído por ação preferencial - R\$	-	0,06

Nos trimestres findos em 31 de março de 2018 e 2017 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

(23) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Nº de Consumidores		GWh		R\$ mil	
	31/03/2018	31/03/2017	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2017
Receita de operações com energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	4.013.667	3.920.826	2.461	2.392	1.326.651	1.424.193
Industrial	29.165	29.942	641	688	330.495	393.765
Comercial	247.625	251.914	1.107	1.161	582.481	669.794
Rural	81.033	80.439	259	251	78.986	81.654
Poderes públicos	27.806	28.027	182	182	89.249	97.923
Iluminação pública	8.249	8.103	245	241	72.826	76.072
Serviço público	4.798	4.697	299	293	128.109	141.115
(-) Transferência da receita de ultrapassagem e excedente de reativos	-	-	-	-	-	(13.481)
Fornecimento faturado	4.412.343	4.323.948	5.193	5.208	2.608.797	2.871.034
Consumo próprio	463	451	5	5	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	-	-	69.242	(1.935)
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(945.655)	(1.094.764)
Fornecimento de energia elétrica	4.412.806	4.324.399	5.198	5.213	1.732.384	1.774.335
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas			17	22	4.637	2.639
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo			-	-	(1.724)	(1.247)
Energia elétrica de curto prazo			64	551	11.936	100.064
Suprimento de energia elétrica			81	573	14.849	101.456
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo					947.379	1.096.010
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre					277.006	279.912
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos					(5.610)	-
(-) Transferência da receita de ultrapassagem e excedente de reativos					-	(4.860)
Receita de construção da infraestrutura de concessão					138.971	149.943
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 8)					209.038	(392.038)
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 10)					25.990	20.647
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares					123.950	147.382
Outras receitas e rendas					40.305	33.580
Outras receitas operacionais					1.757.029	1.330.576
Total da receita operacional bruta					3.504.262	3.206.368
Deduções da receita operacional						
ICMS					(536.946)	(592.492)
PIS					(54.739)	(50.238)
COFINS					(252.133)	(231.401)
ISS					(92)	(90)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(418.270)	(384.779)
Programa de P & D e eficiência energética					(20.337)	(17.179)
PROINFA					(17.108)	(19.018)
Bandeiras tarifárias e outros					17	(16.907)
Outros					(2.078)	(2.036)
					(1.301.688)	(1.314.141)
Receita operacional líquida					2.202.574	1.892.227

23.1 - Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

As informações referentes à contabilização e histórico estão descritas na nota 23.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Notas Explicativas

23.2 - Reajuste Tarifário Anual (“RTA”)

Em 04 de abril de 2017, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.217, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 08 de abril de 2017, em -0,80%, sendo 2,13% referentes ao reajuste tarifário econômico e -2,93% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de -10,50%.

23.3 – Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares

Todos os detalhes referente ao aporte de CDE estão detalhados na nota 23.3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

No primeiro trimestre de 2018, foi registrada receita de R\$ 123.950 (R\$ 147.382 no primeiro trimestre de 2017), sendo (i) R\$ 9.027 (R\$ 12.898 no primeiro trimestre de 2017) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 110.974 (R\$ 102.415 no primeiro trimestre de 2017) referentes a outros descontos tarifários, (iii) R\$ 134 (R\$ 32.069 no primeiro trimestre de 2017) de desconto tarifário – liminares e (iv) R\$ 3.815 de subvenção CCRBT em contrapartida na rubrica contas a receber – CDE (nota 11).

23.4 – Bandeiras tarifárias

O sistema de aplicação das Bandeiras Tarifárias está descrito na nota 23.4 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

No primeiro trimestre de 2018, a ANEEL homologou as Bandeiras Tarifárias faturadas de novembro, dezembro de 2017 e janeiro de 2018. O montante homologado nesse período foi de R\$ 193.149. Deste montante R\$ 164.196, referente a novembro e dezembro de 2017, foram utilizados para compensar parte do ativo e passivo financeiro setorial (nota 8) e R\$ 28.953 referente a homologação de janeiro de 2018, em função do Despacho de Encerramento nº 4.356 de 22 de dezembro de 2017, foram classificados como constituição de ativo e passivo financeiro setorial. O montante de R\$ 371, referente a Bandeira Tarifária faturada de fevereiro e março de 2018 não foi homologado e está registrado em taxas regulamentares (nota 17).

23.5 – Conta de desenvolvimento energético – CDE

A ANEEL, por meio da REH nº 2.358, de 19 de dezembro de 2017, alterada pela REH nº 2.368 de 09 de fevereiro de 2018, estabeleceu as quotas anuais definitivas da CDE vigentes do ano de 2018. Essas quotas contemplam: (i) quota anual da conta CDE – USO; e (ii) quota CDE – Energia, referente a parte dos aportes CDE recebidos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014, que deverá ser recolhida dos consumidores e repassada à Conta CDE em até cinco anos a partir da RTE de 2015. Adicionalmente, por meio da REH nº 2004, de 15 de dezembro de 2015, a ANEEL estabeleceu mais uma quota destinada à amortização da Conta ACR, cujos valores foram atualizados pela REH nº 2.231 de 25 de abril de 2017, com recolhimento e repasse à Conta CDE para o período tarifário de abril de 2017 a março de 2018.

Notas Explicativas

(24) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R\$ mil	
	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2017
Energia comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	1.196	1.311	243.904	250.943
PROINFA	116	121	40.028	34.011
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	5.073	5.447	1.032.173	1.012.793
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(117.136)	(120.042)
Subtotal	6.385	6.879	1.198.969	1.177.705
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica			230.633	93.771
Encargos de transporte de Itaipu			27.153	6.716
Encargos de conexão			5.352	5.325
Encargos de uso do sistema de distribuição			3.887	3.779
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER			19.982	(40.309)
Encargos de energia de reserva - EER			29.907	-
Crédito de PIS e COFINS			(29.314)	(6.409)
Subtotal			287.599	62.873
Total			1.486.568	1.240.578

(25) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Vendas		Despesas Operacionais				Total	
	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2017	Gerais e administrativas		Outros		1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2017
							1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2017		
Pessoal	69.681	67.089	-	-	12.352	12.789	15.897	16.935	-	-	97.930	96.813
Entidade de previdência privada	15.583	21.125	-	-	-	-	-	-	-	-	15.583	21.125
Material	17.236	14.180	139	96	272	416	899	1.566	-	-	18.546	16.258
Serviços de terceiros	32.440	24.803	453	369	28.929	29.826	35.212	30.927	-	-	97.035	85.924
Amortização	52.644	47.436	-	-	292	240	7.121	8.532	-	-	60.057	56.209
Custos com construção da infraestrutura	-	-	138.971	149.943	-	-	-	-	-	-	138.971	149.943
Outros	231	7.320	(1)	(1)	20.860	29.663	6.308	24.633	6.181	2.597	33.579	64.211
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	9.528	9.128	-	-	-	-	9.528	9.128
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	11.254	20.411	-	-	-	-	11.254	20.411
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	-	-	624	626	-	-	624	626
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	628	1.094	-	-	628	1.094
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	1.475	19.076	-	-	1.475	19.076
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	335	323	-	-	335	323
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	1.350	-	-	-	-	-	-	6.196	2.627	6.196	3.977
Outros	231	5.970	(1)	(1)	78	124	3.246	3.515	(15)	(30)	3.539	9.578
Total	187.815	181.953	139.562	150.408	62.706	72.934	65.438	82.592	6.181	2.596	461.702	490.483

(26) RESULTADO FINANCEIRO

	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2017
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	13.149	41.294
Acréscimos e multas moratórias	29.160	32.850
Atualização de créditos fiscais	779	835
Atualização de depósitos judiciais	5.443	7.333
Atualizações monetárias e cambiais	6.584	7.975
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	5.701	2.134
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 8)	5.666	-
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(4.232)	(4.875)
Outros	4.570	3.306
Total	66.820	90.853
Despesas		
Encargos de dívidas	(56.881)	(68.638)
Atualizações monetárias e cambiais	(35.474)	(67.076)
(-) Juros capitalizados	1.327	1.800
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 8)	-	(14.499)
Outros	(8.325)	(15.043)
Total	(99.353)	(163.455)
Resultado financeiro	(32.534)	(72.602)

Notas Explicativas

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 7,50% a.a. no primeiro trimestre 2018 e 2017 sobre os ativos intangíveis qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

A rubrica de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos dos ganhos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 5.858 no primeiro trimestre de 2018 (perda líquida de R\$ 139.928 no primeiro trimestre de 2017) (nota 29).

(27) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possuía em 31 de março de 2018, as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S/A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S/A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão descritas na nota 27 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Para zelar para que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a controladora CPFL Energia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por representantes dos acionistas controladores, da controladora e por um membro independente, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Companhia pagou em janeiro de 2018, faturas renegociadas de compra de energia com a CERAN, que tinham vencimento original de novembro a dezembro de 2017 e faturas de compra de energia com a CPFL Geração e faturas de prestação de serviço com a CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimentos, TI Nect Serviços de Informática e Nect Serviços Administrativos, cujos vencimentos originais eram de agosto a dezembro de 2017.

A remuneração total do pessoal-chave da administração no primeiro trimestre de 2018, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 1.717 (R\$ 2.415 no primeiro trimestre de 2017). Este valor é composto por R\$ 1.677 (R\$ 2.370 no primeiro trimestre de 2017) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 40 (R\$ 45 no primeiro trimestre de 2017) de benefícios pós-emprego e referem-se a valores registrados pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China) referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia são como seguem:

Empresas	Despesa/custo	
	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2017
Encargos - Rede básica		
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	16.134	7.506

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A, são como seguem:

Notas Explicativas

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2017
Alocação de despesas entre empresas								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	388	223	226	29	-	-	(41)	(758)
CPFL Brasil Varejista S.A.	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Companhia Piratininga de Força e Luz	1.628	557	2.312	695	-	-	477	(102)
Companhia Luz e Força Santa Cruz (*)	-	-	-	-	-	-	-	(204)
Companhia Leste Paulista de Energia (*)	-	-	-	-	-	-	-	(59)
Companhia Sul Paulista de Energia (*)	-	-	-	-	-	-	-	(77)
Companhia Jaguari de Energia	1.327	132	280	22	-	-	(1.039)	23
Companhia Luz e Força de Mococa (*)	-	-	-	-	-	-	-	(39)
Rio Grande Energia S.A.	1.970	352	87	28	-	-	(1.889)	(1.230)
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	2.703	-	601	-	-	-	(2.165)	-
CPFL Geração de Energia S.A.	639	217	289	39	-	-	(40)	(687)
CPFL Energia S.A.	143	203	-	-	-	-	(143)	(707)
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	24	79	2	4	-	-	-	(271)
Nect Serviços Administrativos Ltda.	79	7	40	51	-	-	-	-
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	-	-	(8)	(6)
CPFL Telecom S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(2)
CPFL Eficiência Energética S.A.	8	-	1	-	-	-	(1)	(1)
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	12	-	1	-	-	-	-	-
Arrendamento e aluguel								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	-	80	58	-	-
CPFL Brasil Varejista S.A.	-	-	-	-	2	2	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	-	-	292	210	-	-
Companhia Luz e Força Santa Cruz (*)	-	-	-	-	-	4	-	-
Companhia Sul Paulista de Energia (*)	-	-	-	-	-	1	-	-
Companhia Jaguari de Energia	-	-	-	-	10	2	-	-
Companhia Luz e Força de Mococa (*)	-	-	-	-	-	1	-	-
Rio Grande Energia S.A.	-	-	-	-	12	12	-	-
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	-	-	-	-	4	-	-	-
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	79	56	-	-
CPFL Energia S.A.	-	-	-	-	1	1	-	-
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	-	-	62	64	-	-
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	16	11	-	-
CPFL Telecom S.A.	-	-	-	-	-	320	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	-	2	2	-	-
Adiantamentos - AFAC								
CPFL Energia S.A.	-	-	350.000	350.000	-	-	-	-
Contrato de Mútuo								
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	-	100.429	-	-	205	-
CPFL Energia S.A.	-	-	-	80.343	-	-	468	-
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	49.798	49.798	-	-	-	-
Intangível, materiais e prestação de serviço								
Companhia Piratininga de Força e Luz	104	-	-	-	-	-	-	-
Companhia Jaguari de Energia	3	-	214	-	-	-	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	20.084	73.661	9.668	12.663	-	-	10.811	6.068
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	2.006	11.044	-	-	6.094	6.681
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	1.441	9.231	-	-	4.559	3.876
CPFL Telecom S.A.	-	-	-	-	-	109	32.214	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	-	-	-	-	173
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	1.903	12.631	-	-	6.098	5.819
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	-	-	13	13	-	-
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	67	-	-	-	67	-	-	-
Compra e venda de energia e encargos								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	27	-	-	-	-	-	-	-
CPFL Brasil Varejista S.A.	1	-	-	-	-	-	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	1.562	1.596	-	-	4.732	3.375	-	-
CPFL Geração de Energia S.A.	27	-	11.615	73.657	-	-	33.983	32.090
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	20	19	-	-	57	55
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	11.903	10.707	-	-	18.057	21.492
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	434	326	-	-	969	685
Campos Novos Energia S.A.	-	-	32.489	33.590	-	-	49.559	50.065
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	9.213	27.341	-	-	26.747	25.508
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	23.875	23.720	-	-	67.278	64.230
CPFL Renováveis - Consolidado	425	466	226	584	912	1.170	1.112	1.539
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	5	-	-	-	-	-	-	-
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	275	275	-	-	2.418	2.310
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	-	-	2.372	-
Outras operações financeiras								
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	-	-	-	-	-	22	-	1
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	-	126	-	-	12	-
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	119	-	-	10	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	-	190	-	-	14	-
Outros								
Instituto CPFL	-	-	111	-	-	-	334	264

(*) As informações referente ao resultado do 1º trimestre de 2018 estão apresentadas na Companhia Jaguari de Energia em função da incorporação destas empresas em 31/12/2017.

Notas Explicativas

(28) GESTÃO DE RISCOS

A estrutura do gerenciamento de risco e os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota explicativa nº 29 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

(29) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria	Mensuração	Nível(*)	31/03/2018	
					Contábil	Valor Justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	(2)	Nível 1	425.529	425.529
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	(2)	Nível 2	70	70
Derivativos	29	(a)	(2)	Nível 2	115.432	115.432
Ativo financeiro da concessão	10	(a)	(2)	Nível 3	2.706.522	2.706.522
					<u>3.247.553</u>	<u>3.247.553</u>
Passivo						
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	(b)	(1)	Nível 2 (**)	373.733	346.815
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14 (**)	(a)	(2)	Nível 2	1.067.241	1.067.241
Debêntures - principal e encargos	15	(b)	(1)	Nível 2 (***)	2.481.623	2.499.256
Derivativos	29	(a)	(2)	Nível 2	16.922	16.922
					<u>3.939.519</u>	<u>3.930.234</u>

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo.

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou uma perda de R\$ 20.541 no 1º Trimestre 2018 (uma perda de R\$ 24.198 no 1º Trimestre 2017).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

Legenda

Categoria:

- (a) - Valor justo contra o resultado
- (b) - Outros passivos financeiros

Mensuração:

- (1) - Mensurado ao custo amortizado
- (2) - Mensurado ao valor justo

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas informações contábeis intermediárias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias; (ii) contas a receber – CDE; (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados; (iv) serviços prestados a terceiros; (v) convênios de arrecadação; e (vi) ativo financeiro setorial.
- Passivos financeiros: (i) fornecedores; (ii) taxas regulamentares; (iii) consumidores, concessionárias e permissionárias a pagar; (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT; (v) Empresa de Pesquisa Energética – EPE; (vi) Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL; (vii) convênios de arrecadação; (viii) descontos tarifários – CDE e (ix) passivo financeiro setorial.

Adicionalmente, não houve no primeiro trimestre de 2018 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

Notas Explicativas

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado no primeiro trimestre de 2018 são de R\$ 27.451, assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 10.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 14). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2018 a Companhia detinha as seguintes operações de swap, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia / Contrapartes	Valores de mercado		Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos (2)	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador	Faixa de vencimento	Nocional
	Ativo	Passivo						
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo								
Hedge variação cambial								
Banco Tokyo Mitsubishi	24.512	-	24.512	24.692	(180)	dólar	03/2019	117.400
Bank of America Merrill Lynch	33.978	-	33.978	33.547	431	dólar	03/2019	116.600
J.P. Morgan	16.989	-	16.989	16.774	215	dólar	03/2019	58.300
J.P. Morgan	14.945	-	14.945	15.448	(503)	dólar	01/2019	67.613
Banco Tokyo Mitsubishi	22.702	-	22.702	23.679	(977)	dólar	02/2020	142.735
Bank of America Merrill Lynch	2.306	-	2.306	2.169	138	dólar	10/2018	329.500
Bradesco	-	(2.159)	(2.159)	(3.514)	1.354	dólar	05/2021	59.032
Bank of America Merrill Lynch	-	(1.861)	(1.861)	(3.501)	1.640	dólar	05/2021	59.032
Citibank	-	(2.000)	(2.000)	(3.507)	1.507	dólar	05/2021	59.032
Citibank	-	(2.036)	(2.036)	(3.531)	1.495	dólar	05/2021	59.032
Subtotal	115.432	(8.056)	107.376	102.256	5.120			
Derivativos de proteção de dívidas não designadas a valor justo								
Hedge variação de taxa de juros (1)								
Bradesco	-	(833)	(833)	(62)	(771)	CDI	02/01/2019	142.735
GOLDMAN	-	(1.390)	(1.390)	(52)	(1.338)	CDI	02/01/2019	378.750
GOLDMAN	-	(378)	(378)	(27)	(351)	CDI	02/01/2019	67.613
GOLDMAN	-	(1.461)	(1.461)	(111)	(1.350)	CDI	02/01/2019	236.127
ITAU	-	(4.509)	(4.509)	(106)	(4.403)	CDI	02/01/2019	1.380.000
Santander	-	(295)	(295)	(3)	(292)	CDI	02/01/2019	116.600
Subtotal	-	(8.866)	(8.866)	(360)	(8.506)			
Total	115.432	(16.922)	98.511	101.896	(3.386)			
Circulante	92.730	(8.866)						
Não circulante	22.702	(8.056)						

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 14 e 15.

(1) Os swaps para hedge de taxa de juros possuem validade semestral, assim o valor nocional reduz-se conforme ocorre amortização da dívida.

(2) Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida original contratada.

	Saldo em 31/12/2017	Atualização monetária e cambial e MTM	Liquidação	Saldo em 31/03/2018
Derivativos				
Para dívidas designadas a valor justo	258.941	(8.150)	(148.535)	102.256
Para dívidas não designadas a valor justo	434	1.117	(1.911)	(360)
Marcação a mercado (*)	(15.695)	12.309	-	(3.386)
	243.680	5.276	(150.446)	98.510

(*) Os efeitos no resultado de 2017 referente aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são: (i) ganho de R\$ 22.274 para as dívidas designadas a valor justo e (ii) perda de R\$ 9.965 para as dívidas não designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (nota 14).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os trimestres findos em 31 de março de 2018 e 2017, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda)	
	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2017
Varição de taxas de juros	1.117	(157)
Varição cambial	(8.150)	(152.589)
Marcação a mercado	12.890	12.818
	5.858	(139.928)

Notas Explicativas

c) Análise de sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/2008, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, CDI, IPCA, SELIC e TJLP), conforme demonstrado:

c.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de março de 2018 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Redução (aumento)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(1.070.634)		(26.252)	247.969	522.191
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	1.074.667		26.351	(248.904)	(524.158)
Total	4.033	baixa dolar	99	(935)	(1.967)

(a) A taxa de cambio considerada em 31.03.2018 foi de R\$ 3,32 para o dólar.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A., sendo a taxa de cambio considerada R\$ 3,41, e a depreciação cambial de 2,45%, referente ao dólar de 31 de março de 2018.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A.

Em função da exposição cambial líquida do dólar ser um ativo, o risco é baixa do dólar e portanto o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

c.2) Variação das taxas de juros

Supondo: (i) que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de março de 2018 fosse mantido, e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulados nos últimos 12 meses para esta data base, permaneçam estáveis (CDI 6,39% a.a.; TJLP 6,75% a.a., IPCA 2,72% a.a. e SELIC 8,03% a.a.), além das dívidas com exposição a indexadores pré-fixados os efeitos que seriam registrados nas informações contábeis intermediárias para os próximos 12 meses seria uma despesa financeira líquida de R\$ 100.604 (despesas de TJLP R\$ 9.433 sendo o restante referente a indexadores pré-fixados R\$ 171.358 e receita CDI R\$ 2.456, IPCA R\$ 54.218 e SELIC R\$ 23.513). Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da despesa financeira líquida seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Redução (aumento)		
			Cenário provável (a)	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	483.999		(823)	(8.349)	(15.875)
Instrumentos financeiros passivos	(1.783.873)		3.033	30.772	58.511
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	1.338.291		(2.275)	(23.086)	(43.896)
	38.417	baixa CDI	(65)	(663)	(1.260)
Instrumentos financeiros passivos	(139.751)		210	(2.096)	(4.402)
	(139.751)	alta TJLP	210	(2.096)	(4.402)
Instrumentos financeiros passivos	(713.211)		(8.131)	(1.248)	5.634
Ativo financeiro da concessão	2.706.522		30.854	4.736	(21.382)
	1.993.311	baixa IPCA	22.723	3.488	(15.748)
Ativos e passivos financeiros setoriais	324.056		(5.606)	(10.710)	(15.814)
Instrumentos financeiros passivos	(31.250)		541	1.033	1.525
	292.806	baixa SELIC	(5.065)	(9.677)	(14.289)
Total	2.184.783		17.803	(8.948)	(35.699)

(a) Os índices de CDI, TJLP, IPCA e SELIC considerados de: 6,22%, 6,60%, 3,86% e 6,30% respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

Notas Explicativas

(30) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuía no primeiro trimestre de 2018, o montante de R\$ 1.327 (R\$ 1.800 no primeiro trimestre de 2017) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 26).

EVENTO SUBSEQUENTE

31.1 - Reajuste Tarifária Periódica

Em 03 de abril de 2018, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.381, relativo a quarta revisão tarifária periódica - RTP, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 08 de abril de 2018, em 12,68%, sendo 8,67% referentes ao reajuste tarifário econômico e 4,01% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 16,90%.

31.2 - Aumento de Capital

Através da AGO/E de 27 de abril de 2018, aprovou o aumento de capital social, sem emissão de novas ações, nos termos da Lei nº 6.404/1976 artigo nº 297, no montante total de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) integralizado pela CPFL Energia, referente a créditos relativos a adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFAC").

31.3 - Distribuição de Dividendo e Juros sobre capital próprio

Na AGO/E de 27 de abril de 2018, foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2017, através de (i) dividendo mínimo obrigatório, no montante de R\$ 49.798, atribuindo-se para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,056546882; e (ii) dividendo adicional proposto, no montante de R\$ 23.201, atribuindo-se para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,026345749.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos

Administradores e Acionistas da

Companhia Paulista de Força e Luz

Campinas - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Paulista de Força e Luz ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 07 de maio de 2018

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP027612/O-4

Thiago Rodrigues de Oliveira

Contador CRC 1SP259468/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da Companhia Paulista de Força e Luz, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, 1755, km 2,5, Parque São Quirino, Campinas, CEP 13088-140 Campinas - São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 33.050.196/0001-88, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Paulista de Força e Luz do período findo em 31 de março de 2018;

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Paulista de Força e Luz do período findo em 31 de março de 2018.

Campinas, 07 de maio de 2018.

Carlos Zamboni Neto

Diretor Presidente

Gustavo Estrella

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Hélio Puttini Junior

Diretor de Assuntos Regulatórios

Thiago Freire Guth

Diretor de Distribuição

Wagner Luiz Schneider de Freitas

Diretor Administrativo

Roberto Sartori

Diretor de Gestão de Energia

André Luiz Gomes da Silva

Diretor de Assuntos Regulatórios

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da Companhia Paulista de Força e Luz, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, 1755, km 2,5, Parque São Quirino, Campinas, CEP 13088-140 Campinas - São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 33.050.196/0001-88, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Paulista de Força e Luz do período findo em 31 de março de 2018;

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Paulista de Força e Luz do período findo em 31 de março de 2018.

Campinas, 07 de maio de 2018.

Carlos Zamboni Neto

Diretor Presidente

Gustavo Estrella

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Hélio Puttini Junior

Diretor de Assuntos Regulatórios

Thiago Freire Guth

Diretor de Distribuição

Wagner Luiz Schneider de Freitas

Diretor Administrativo

Roberto Sartori

Diretor de Gestão de Energia

André Luiz Gomes da Silva

Diretor de Assuntos Regulatórios